

RECURSO ESPECIAL Nº 1.701.170 - RO (2017/0251998-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : E.R. DE ANDRADE LTDA - EPP
ADVOGADOS : JOSE MANOEL ALBERTO MATIAS PIRES E OUTRO(S) - RO003718
GUSTAVO GEROLA MARZOLLA - RO004164
HERMES FRUTUOSO PRESTES CAVASIN SANTANA JUNIOR -
RO006621
RECORRIDO : BANCO VOLVO (BRASIL) S/A
ADVOGADOS : DIRCEU MARCELO HOFFMANN E OUTRO(S) - GO016538
ISABELLA BRUNA LEMES PEREIRA - GO036930

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por E.R. DE ANDRADE LTDA - EPP, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. LUCROS CESSANTES. COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA. NEGADO.

Para a concessão de indenização com base em lucros cessantes, faz-se necessária a comprovação dos prejuízos sofridos pela parte, caso contrário, o pedido deve ser indeferido." (e-STJ,fl.480)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 436 e 344 do CPC/2015, sustentando, em síntese, que: 1) o Banco Recorrido não se manifestou acerca dos documentos juntados, o que dá torna suficientes os fatos narrados pelo recorrente como prova hábil a demonstrar os lucros cessantes; e 2) o contrato de locação do bem, apresentado como prova do que a Recorrente deixou de ganhar enquanto o bem esteve indevidamente apreendido, é suficiente para demonstrar os lucros cessantes pleiteados.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 506)

É o relatório. Passo a decidir.

Quanto à alegação de que o Banco Recorrido não se manifestou acerca dos documentos juntados, o que dá presunção de veracidade e torna suficientes os fatos narrados pelo recorrente como prova hábil a demonstrar os lucros cessantes, verifica-se que o conteúdo normativo do dispositivo invocado (art. 436 do CPC) no apelo nobre não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*, tampouco foram opostos embargos declaratórios para sanar

eventual omissão. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. TUTELA ANTECIPADA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282 DO STF. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem enfrentamento do tema pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento (Súmula n. 282 do STF).

2. O conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a demonstração do dissídio mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (art. 1.029, § 1º, CPC/2015).

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

4. No caso concreto, o Tribunal de origem reconheceu a ocorrência de dano moral. Alterar esse entendimento demandaria reexame do contexto fático-probatório dos autos, vedado em recurso especial.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1798640/SE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/11/2019, DJe 22/11/2019)

Quanto à alegação de que o contrato de locação do bem, apresentado como prova do que a recorrente deixou de ganhar enquanto o bem esteve indevidamente apreendido, é suficiente para demonstrar os lucros cessantes pleiteados, a Corte de origem dispôs:

"Conquanto sejam reconhecidos os princípios e as normas que regem a forma de pactuar entre as partes, entendo que o contrato de aluguel é insuficiente para comprovar devidamente os lucros cessantes.

Como mencionado na decisão ora recorrida, o contrato de aluguel foi firmado entre a agravante e outra empresa do mesmo grupo econômico familiar e não há demonstração do que, de fato, foi recebido a título de aluguel (enquanto o bem estava na posse da

agravante), o que poderia ter sido ilidido por meio de extrato bancário, recibos de pagamento ou outro documento apto.

Assim, entendo que o contrato, por si só, é insuficiente para comprovar o que a agravante deixou de auferir a título de aluguel. Deve ser ponderado, então, que a ausência de reconhecimento de firma no contrato, a pactuação entre pessoas jurídicas integrantes de mesmo grupo empresarial familiar e a falta de comprovação de recebimento de valores pelo aluguel, tornam frágeis os argumentos da agravante visando ao recebimento de lucros cessantes." (e-STJ fl. 478)

Nesse contexto, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório. Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL OU DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL POR DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. ART. 932, IV E V, DO CPC/2015. EVENTUAL VÍCIO NA DELIBERAÇÃO UNIPESSOAL É SANADO, MEDIANTE A APRECIÇÃO DA CONTROVÉRSIA PELO ÓRGÃO COLEGIADO, NO ÂMBITO DO AGRAVO INTERNO. 2. MONTANTE INDENIZATÓRIO DE DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE IRRISORIEDADE. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO. APONTADA CONTRARIEDADE AOS ARTS. 927, 949 E 950 DO CC. CONTEÚDO NORMATIVO DOS REFERIDOS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE NÃO SE MOSTRAM SUFICIENTES A AMPARAR A TESE SUSCITADA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. 3. LUCROS CESSANTES. NÃO COMPROVAÇÃO NOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Casa dispõe no sentido de ser permitido ao relator decidir monocraticamente o recurso, quando amparado em jurisprudência dominante ou Súmula de Tribunal Superior, consoante exegese do art. 932, IV e V, do CPC/2015. Eventual mácula na deliberação unipessoal fica superada, em razão da apreciação da matéria pelo órgão colegiado na seara do agravo interno.

2. O entendimento deste Tribunal é assente no sentido de que, não sendo os conteúdos normativos dos dispositivos de lei federal arrolados (arts. 927, 949 e 950 do Código Civil de 2002) aptos a fundamentar a tese deduzida nas razões do recurso especial - acerca da apontada irrisoriedade do quantum de danos morais

fixados nas instâncias ordinárias -, evidencia-se a deficiência na fundamentação, a atrair a incidência da Súmula 284/STF.

3. A modificação da conclusão delineada no acórdão recorrido - a respeito da não comprovação dos lucros cessantes - demandaria necessariamente o revolvimento dos fatos e das provas dos autos, atraindo, assim, o óbice disposto na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1362055/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2019, DJe 19/09/2019)

Além disso, a Corte de origem consignou que *"a máquina retroescavadeira foi retirada da posse da agravante por decisão judicial, a qual foi desconstituída somente por meio de sentença que reconheceu o adimplemento substancial e determinou a reintegração do bem à agravante, não havendo que se falar em ilícito por parte do banco agravado a justificar o pagamento de lucros cessantes"* (e-STJ fl. 479)

Contudo, tal fundamento, autônomo e suficiente à manutenção do v. acórdão recorrido, não foi impugnado nas razões do recurso especial, convocando, na hipótese, a incidência da Súmula 283/STF, segundo a qual *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*. Neste sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DAS RAZÕES DO ACÓRDÃO ESTADUAL. INCIDÊNCIA DO VERBETE Nº 283/STF.EXECUÇÃO. CÉDULA RURAL. ARGUIÇÃO DE EXCESSO DE COBRANÇA. ANÁLISE. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. Ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo, aplica-se, por analogia, o óbice da Súmula nº 283, do STF.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 687.997/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 13/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

AÇÃO COMINATÓRIA. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADOS. SÚMULA 283/STF. RESCISÃO UNILATERAL. BENEFICIÁRIO EM TRATAMENTO MÉDICO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão recorrido atrai o óbice da Súmula 283 do STF, segundo a qual: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

2. Não obstante o plano de saúde coletivo possa ser rescindido unilateralmente, mediante prévia notificação do usuário, esta Corte reconhece ser abusiva a rescisão do contrato durante o tratamento médico garantidor da sobrevivência e/ou incolumidade física, como no caso em apreço, no qual a segurada diagnosticada com câncer se encontra em tratamento oncológico.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1298878/SP, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator